

UM OLHAR SOBRE OS JARDINS HISTÓRICOS NA PAISAGEM DO CENTRO DE SALVADOR

A VIEW ON THE HISTORIC GARDENS ON THE LANDSCAPE OF DOWNTOWN SALVADOR

Aline de Figueirôa Silva
Jefferson Felipe Macêdo Bonfim
Railane Alves Freitas
Ramile Alves Freitas

RESUMO

Este artigo analisa jardins públicos criados ou reformados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX em Salvador, buscando contribuir para sua caracterização e conservação enquanto jardins históricos. O texto introduz aspectos gerais da formação e configuração da paisagem urbana de Salvador, bem como dos processos de patrimonialização da área central, os quais não enfocaram, em particular, os jardins públicos. A seguir, discute o reconhecimento dos jardins como bens do patrimônio cultural, a partir da noção de jardim histórico no âmbito internacional e, posteriormente, no Brasil. Segue com a análise sobre a Praça do Campo Grande, o Terreiro de Jesus e o Largo de Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador, explorando seus aspectos históricos e paisagísticos. Por fim, o artigo destaca a importância de que tais espaços sejam preservados pelo conjunto de atributos materiais que reúnem, pelos testemunhos históricos que produzem e por se configurarem como espaços urbanos para recreação pública. O trabalho fundamenta-se no estudo de documentos históricos; na literatura relacionada ao paisagismo e à história de Salvador; em cartas patrimoniais; aportes conceituais sobre jardins históricos; além de visitas de campo.

Palavras-chave: Praças; Jardins; Patrimônio Cultural; Conservação; História; Salvador.

ABSTRACT

This article analyzes public gardens created or redesigned between the late 19th century and the first half of the 20th century in the municipality of Salvador, Brazil, aiming to contribute to their characterization and conservation as historic gardens. The text presents the general traits of the formation and configuration of Salvador's urban landscape, as well as the heritage listing processes of the downtown area, which have not focused specifically on public gardens. Next, it discusses the recognition of gardens as cultural heritage assets, from the framework of historic garden at an international level and, subsequently, in Brazil. It then continues analyzing the Praça do Campo Grande, the Terreiro de Jesus, and the Largo de Santo Antônio Além do Carmo, in Salvador, exploring their historical and landscape features. Finally, the article highlights the importance of their preservation, due to the ensemble of material attributes they concentrate, the historical testimonies they produce, and for being urban spaces for public recreation. The work is based on the study of historical documents; the literature on landscaping and the history of Salvador; heritage charters; and conceptual references on historic gardens; in addition to field visits.

Keywords: Squares; Gardens; Cultural Heritage; Conservation; History; Salvador.



I INTRODUZINDO O DEBATE: SALVADOR, PAISAGEM E PATRIMÔNIO

No amplo conjunto de bens reconhecidos como patrimônio material da cultura brasileira localizados no estado da Bahia – abarcando monumentos isolados, como edificações religiosas e militares, construções civis e conjuntos urbanos – estão os sítios históricos situados na área central de Salvador¹.

Primeira capital do Brasil, condição que exerceu desde sua fundação em 1549 até 1763, ano em que a sede da administração colonial transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, Salvador foi assentada no topo de uma colina, onde se fixaram residências, ordens e irmandades religiosas e onde se instalou seu aparato político-administrativo. A cidade foi construída em um sítio alteado com amplo descortino para a Baía de Todos os Santos, o que, além de notáveis qualidades visuais, lhe definiam melhores possibilidades de defesa.

No sopé da colina, a Oeste, desenvolveram-se o comércio grossista e as atividades portuárias, que consolidariam a capital como metrópole regional, articulando o escoamento da produção do Recôncavo Baiano e o recebimento de gêneros importados. Marcando o limite Leste, encontrava-se o vale por onde corria o Rio das Tripas, mais tarde canalizado, e onde foi aberta a Rua da Vala, depois chamada de Av. José Joaquim Seabra, conhecida como Baixa dos Sapateiros.

A cidade residencial, religiosa e administrativa, elevada a cerca de sessenta e cinco metros do nível do mar, separava-se da cidade comercial e portuária por uma “escarpa de falha” (SANTOS, 1959), também chamada de “escarpa”, “encosta” ou “falha geológica”². Assim configurou-se a paisagem

1 O *Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador*, na chamada Cidade Alta, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1984 (Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico) e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1985. O *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa* foi tombado pelo Iphan em 2009 (Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico e Livro Histórico). O processo de delimitação e tombamento do Centro Histórico, em 1984, incorporou dois conjuntos remanescentes da antiga Salvador tombados em 1959: o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Subdistrito de Conceição da Praia* e o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo*. Em ambos foram priorizados valores monumentais associados aos grandes edifícios religiosos, solares e trechos mais homogêneos como expressão da imagem da cidade colonial (LUTHER et al., 2018).

2 Entre os sítios ocupados na cidade dos anos 1950, Milton Santos (1959, p. 52) aponta a “escarpa de falha, sôbre a baía de Tòdos os Santos, com 50 a 80 metros de desnível entre a Cidade Alta e a Cidade

urbana de Salvador: “em dois níveis” ou “em dois andares” (Figuras 1 e 2).

Nas palavras do geógrafo Milton Santos, nos anos 1950, antes do agravamento do processo de esvaziamento do Centro – formado pelas cidades Alta e Baixa –, que se consolidaria nas décadas posteriores com a criação de uma nova centralidade na região do Iguatemi e Av. Paralela na década de 1970, Salvador oferecia:

[...] àqueles que a ela chegavam por via marítima o espetáculo de um presépio, as suas casas empilhadas umas sobre as outras, bem como a viva e chocante expressão de contraste a quem percorre as ruas do centro: largas avenidas retilíneas, sôbre as superfícies planas conquistadas ao mar, ladeadas de altos e luxuosos imóveis de construção recente, na Cidade Baixa, ruas estreitas e sinuosas da Cidade Velha, enladeiradas, com velhos casarões degradados; várias gerações de construções [...] (SANTOS, 1959, p. 99-100).

À época, no Centro de Salvador encontravam-se – e ainda se encontram – uma “variedade de traçados” e “gerações de construções”, que, segundo Santos (1959, p. 101), constituíam “diferentes pedaços de tempo cristalizados na paisagem urbana”. Ao observar, em particular, o conjunto formado pelo Terreiro de Jesus, Largo de São Francisco e as igrejas que lhes definem os limites e ambiência, localizados próximos à mancha matriz onde a cidade nasceu, o historiador Cid Teixeira também registrou:

Na composição ambiental do Terreiro de Jesus e São Francisco – dois largos geminados – cinco igrejas marcam a forma e o ser: Catedral, Ordem Terceira de São Domingos, São Pedro dos Clérigos, São Francisco e Ordem Terceira de São Francisco. [...] As igrejas do Terreiro de Jesus, tanto quanto os sobrados que complementam a moldura arquitetônica do espaço, foram para lá atraídas pela presença original da casa jesuíta. Os estilos são diversos, as épocas são várias. Todas se conjugam na formação da identidade daquela área [...] (TEIXEIRA, 1991, p. 48-50).

Baixa, exposta e pouco erodida, falésia que se prolonga na direção SSE-NNW sôbre mais ou menos 20 quilômetros”.



Figura 1 – Vista da Cidade Alta de Salvador, marcada pelas torres das igrejas e casario, a partir da Cidade Baixa, ambas separadas pela encosta vegetada, c. 1957.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432305>. Acesso em: 31 jan. 2021.



Figura 2 – Vista das cidades Alta e Baixa de Salvador e da Baía de Todos os Santos, os dois níveis são separados pela encosta e conectados pelo Elevador Lacerda, c. 1933.
Fonte: Guia Geográfico Cidade de Salvador
Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo20/aerea-antiga.htm>. Acesso em: 31 jan. 2021..

Além das edificações monumentais, da expressiva quantidade de templos católicos, dos conjuntos edificados de caráter popular, das ladeiras e dos arruamentos que revelam tal heterogeneidade, o Centro de Salvador reúne espaços livres públicos, como praças e largos constitutivos dos processos de ocupação e expansão urbana, dos modos de construir e de viver a cidade ao longo do tempo.

Tais espaços livres, que Milton Santos (1959) incluiu no conjunto que denominou de “espaços vazios” – ainda abrangendo a encosta, as roças conventuais e os jardins de mosteiros, além das vias e dos terrenos não edificados – são também, a nosso ver, constituintes do caráter heterogêneo da paisagem do Centro de Salvador. A esta fisionomia, vinculada ao sítio sobre o qual a cidade se assenta e às suas diferentes concepções de arquitetura e de urbanismo, como observado pelo autor, pode-se acrescentar a existência de espaços livres públicos que permaneceram sem vegetação, bem como as distintas soluções paisagísticas verificadas nos processos de ajardinamento realizados a partir do final do século XIX até a primeira metade do XX.

4 Uma vez ajardinados, praças e largos convertiam-se em jardins públicos, posto que não estavam circunscritos aos limites privados e domésticos dos quintais, das hortas e pomares dos conventos e mosteiros. Revelavam, pouco a pouco, diferentes expressões de traçado, massas vegetais, equipamentos decorativos ou utilitários e monumentos rememorativos, por vezes mantendo-se fontes e chafarizes remanescentes de melhoramentos urbanos anteriores. Segundo Godofredo Filho (1979)³, os jardins estabeleciam novas sociabilidades em comparação às antigas praças dos séculos XVI, XVII e XVIII, utilizadas para touradas, paradas e festividades religiosas. Segundo o autor:

Também os jardins públicos [...] aparecem na Bahia do século XIX, ora como convite à curiosidade, pelos espécimes vegetais que ostentam, ora como chamariz ao lazer, pela gostosura da conversa mole e da fresca da tarde ou da noite. Neles começa a desenvolver-se uma trama social que os diversifica das monótonas praças do século XVI [...] ou daqueles desolados largos dos séculos XVII e XVIII, estirões de terra batida ou em depressões e ribanceiras por onde o capim crescia, entrecortados

3 O texto, constante em publicação de 1979, é datado de junho de 1978.

por caminhos sinuosos, a que de certo não margeavam árvores de sombra (FILHO, 1979, p. 31-33).

Os espaços ajardinados do Centro de Salvador, hoje predominantemente designados por praças ou largos, correspondem à parte do tecido verde dessa região da cidade, ao lado dos remanescentes das antigas cercas monásticas, mas cujos atributos paisagísticos não foram especificamente valorizados nos processos de patrimonialização da área central, quando estavam em curso discussões internacionais sobre a preservação de jardins considerados históricos.

No tombamento do Centro Histórico de Salvador⁴, foram valorizados o traçado urbano da mancha matriz onde a cidade se originou, inclusive sua praça fundacional – a Praça Municipal; a arquitetura, monumental e popular, de épocas, escalas e linguagens distintas, resultando em trechos edificados morfologicamente heterogêneos; e a concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa, a partir da qual a cidade foi configurada em dois níveis topográficos distintos, separados pela encosta e sua cobertura vegetal (SPHAN et al., 1983a; LUTHER et al., 2018). A encosta, se não valorizada por eventuais atributos florísticos e faunísticos, é o elemento estruturador desse modelo urbanístico claramente percebido no frontispício da cidade a partir da Baía de Todos os Santos (LUTHER et al., 2018).

A proposta de tombamento do Centro Histórico abrangeu seis subáreas⁵, nas quais se destacavam “grandes marcos urbanísticos e arquitetônicos” e “contribuições mais modestas”, além dos componentes naturais da paisagem, seus morros e a escarpa, o verde da vegetação e o azul do mar (SPHAN et al., 1983a, p. 43). A respeito de uma das subáreas, marcada por conjuntos arquitetônicos de caráter popular distintos de grandes edi-

4 Os estudos realizados no início dos anos 1980 visando redefinir a poligonal do Centro Histórico de Salvador – inclusive unificando as áreas de proteção já delimitadas em 1959 na zona central da cidade e incorporando trechos contíguos, atributos e valores até então não reconhecidos – foram conduzidos por meio de um convênio estabelecido entre o Iphan (então SPHAN/Pró-Memória), o Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (Ceab), vinculado à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e o Órgão Central de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador (Oceplan-PMS), reunindo, portanto, as três esferas de Governo. Tal redefinição atendia também a perspectiva de inclusão do Centro Histórico de Salvador na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

5 A poligonal do Centro Histórico foi dividida em seis subáreas, a saber: 1 – Mancha Matriz (não protegida em 1959); 2 – Do Terreiro a Santo Antônio Além do Carmo; 3 – Perdões e Adobes (não protegida em 1959); 4 – Corpo Santo e Pilar (não protegida em 1959); 5 – Sodré e Conceição; 6 – Barroquinha e São Bento (não protegida em 1959).

ficações localizadas noutra subárea vizinha, a mesma proposta expressava que esse “contraste de escala constitui uma constante em nosso urbanismo colonial (...) traduzindo a feliz combinação de espaços monumentais com outros mais modestos, mas de igual dignidade e valor estético” (SPHAN et al., 1983a, p. 4A).

Na inscrição do Centro Histórico como patrimônio mundial na Lista da Unesco, foram reconhecidos atributos e valores vinculados à sua densidade de monumentos; à concepção urbanística de matriz portuguesa adaptada ao sítio físico; à condição de Salvador de capital colonial; e à multiculturalidade associada à convergência de culturas europeias, africanas e ameríndias, portanto, aos diferentes grupos sociais e étnicos que participaram da formação histórica da cidade.⁶

No que toca aos logradouros públicos, a proposta de tombamento do Centro Histórico, elaborada nos anos 1980, ressaltou o valor histórico e simbólico da Praça Municipal, que, a despeito das mudanças tipológicas ou estilísticas das construções que lhe definiam e definem os limites, manteve-se, ao longo do tempo, como praça cívica e centro do poder político-administrativo da colônia ou da capital (SPHAN et al., 1983a). Vias, praças e largos foram valorizados como componentes do traçado característico do modelo urbano adotado e sua acomodação à topografia do sítio onde a cidade foi implantada ou, frequentemente, associados a construções civis, edificações de referência e conjuntos edificadas, notadamente capelas, igrejas, conventos e mosteiros – ora mais modestos, ora mais monumentais –, por sua vez funcionando como sinalizadores e vetores de crescimento urbano.

Portanto, direta ou indiretamente, praças e largos caracterizam-se por seu papel nos processos de fundação, expansão e transformação da cidade entre os séculos XVI e XX, marcados pela construção de templos religiosos e seus complexos conventuais, mas não especificamente por seus aspectos paisagísticos enquanto espaços ajardinados concebidos a partir do final dos Oitocentos.

Neste sentido, o presente artigo analisa jardins públicos construídos ou reformados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX em Salvador, buscando contribuir para sua caracterização e conservação enquanto jardins históricos⁷.

6 Disponível em <https://whc.unesco.org/en/list/309>. Acesso em: 8 jun. 2018.

7 O artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa *Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os*

Cabe ressaltar que as pesquisas acerca dos jardins de Salvador estão em fase inicial, uma vez que há poucos trabalhos que os analisem no âmbito da história do paisagismo ou quanto à identificação de seus valores patrimoniais. Portanto, esta pesquisa fundamenta-se no estudo de fontes primárias escritas (periódicos, jornais e registros da administração oficial); fontes cartográficas e iconográficas (plantas baixas, mapas urbanos, fotografias, cartões postais e pinturas); referências sobre história do paisagismo e história de Salvador⁸; documentos, cartas patrimoniais e aportes conceituais sobre jardins históricos⁹; além de visitas de campo.

Uma vez que há poucas referências específicas sobre os jardins de Salvador, as fontes documentais coligidas foram fundamentais para o estabelecimento da cronologia relativa à sua criação, transformações, implantação e remoção de equipamentos, autoria de projetos e reformas executadas ao longo do tempo. As informações coletadas durante as visitas de campo, sobretudo realizadas entre 2017 e 2020, permitiram a verificação da configuração e fisionomia dos espaços inicialmente identificados, quando confrontadas com os dados históricos sistematizados a partir das fontes documentais e bibliográficas.

Desse modo, considerando a existência de atributos remanescentes – como fontes, coretos, pérgulas, antigos traçados ou pavimentos e massa vegetal –, a importância histórica na formação da cidade ou das localidades onde se situam e a relação com as construções do entorno ou população usuária, foram recortadas três praças para o aprofundamento do estudo:

jardins históricos de interesse patrimonial, em curso na Faculdade de Arquitetura da UFBA. O projeto foi aprovado pela Chamada Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nº 28/2018. É desenvolvido com o apoio de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), fomentadas pelo CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e pela UFBA; e de bolsas de Iniciação à Pesquisa do programa Permanecer (UFBA).

8 As fontes documentais e bibliográficas foram coligidas em arquivos físicos e digitais, principalmente nas bibliotecas da UFBA; no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS); na Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF); na Biblioteca Pública do Estado da Bahia; na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) e no acervo fotográfico online da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

9 No caso dos textos, cartas e documentos referentes aos jardins históricos, foram consultados, sempre que disponíveis, suas versões em português, inglês, espanhol e francês. Para as referências da *Carta de Florença* foi utilizada sua versão em português (CURY, 2004).

a Praça do Campo Grande, o Terreiro de Jesus e o Largo de Santo Antônio Além do Carmo¹⁰.

Em relação às cartas patrimoniais, foram priorizadas, entre outras, em particular a *Carta de Florença* (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1981a; ICOMOS, 1981b; ICOMOS, 1981c; CURY, 2004), em âmbito internacional, e a *Carta de Juiz de Fora* (IPHAN, 2010), especificamente voltada à realidade brasileira, por constituírem documentos específicos sobre os jardins históricos, ainda não explorados relativamente aos jardins de Salvador.

2. Os JARDINS HISTÓRICOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: O COLÓQUIO DE FONTAINEBLEAU, DE 1971, E A CARTA DE FLORENÇA, DE 1981

6 O início dos anos 1980 – quando se deu o processo de delimitação do Centro Histórico de Salvador – marcou a síntese de discussões que vinham sendo travadas na Europa há uma década, em torno da conservação dos jardins considerados históricos. Em 1981, a redação da *Carta de Florença*¹¹ “veio constituir um marco internacional específico para a salvaguarda de sítios paisagísticos de interesse cultural, ao dispor sobre a categoria de jardim histórico” (SILVA, 2021, p. 91).

Conforme Pacheco (1994, p. 18), “as primeiras manifestações escritas, com difusão e âmbito mundial acerca do patrimônio, de sua valoração e de sua conservação, deixavam de lado os jardins; ao menos não havia referência expressa a eles”. A *Carta de Atenas* (CURY, 2004, p. 14) explicitava, em 1931, preocupação com a vizinhança dos monumentos, recomendando o estudo das “plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo”, porém sem referência específica aos jardins.

A *Carta de Veneza* (CURY, 2004), de 1964, alargava a compreensão dos bens passíveis de preservação enquanto monumentos, condição que não

10 Oficialmente, segundo consta nas placas de identificação dos logradouros públicos da cidade, essas praças são respectivamente nomeadas de Largo do Campo Grande, Largo Terreiro de Jesus e Largo de Santo Antônio Além do Carmo, porém se optou por utilizar suas denominações usualmente correntes, como será explorado adiante.

11 O documento foi redigido em 21 de maio de 1981 e adotado em 15 de dezembro de 1982 pelo *International Council on Monuments and Sites* (Icomos).

se referia apenas às edificações isoladas de valor histórico e artístico, mas também aos sítios urbanos ou rurais; não apenas às grandes criações, bem como às obras modestas, na medida em que produzissem testemunhos históricos e fossem portadores de significados culturais. A Carta ainda fazia menção ao entorno dos monumentos, que poderia abranger espaços livres urbanos, nem sempre configurando jardins, ainda que nessa época já se reconhecessem o valor e a necessidade de se proteger aqueles considerados históricos, conforme lembrou Pacheco (1994).

Alguns anos mais tarde, teve lugar, na cidade francesa de Fontainebleau, o primeiro *Colóquio Internacional sobre Conservação e Restauração de Jardins Históricos*¹², que ocorreu de 13 a 18 de setembro de 1971. O evento foi organizado por iniciativa do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (Icomos) – criado em 1965 e então presidido pelo arquiteto italiano Piero Gazzola – e da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas¹³ (Ifla), já existente desde 1948, mas que criou, em 1967, um grupo de trabalho interno voltado aos jardins históricos a cargo do paisagista belga René Pechère.

No colóquio, segundo Pacheco (1994), foram abordados, pela primeira vez, a questão dos jardins históricos e os problemas inerentes à sua conservação e restauração. O encontro reuniu 34 especialistas de 14 países e 14 comunicações, versando sobre questões como perigos e ameaças, inclusive causados pela presença intensa de visitantes; inventários; incentivos fiscais a proprietários; bens integrados; conservação e restauração; e estudos de caso (GAZZOLA, 1971). Essas temáticas foram trazidas à discussão a partir de apresentações conduzidas por profissionais notadamente oriundos de países europeus, como Espanha, França, Hungria, Inglaterra, Suécia, antiga Tchecoslováquia, além da então U.R.S.S. e do Japão. As Recomendações¹⁴ reunidas ao final do evento sinalizaram a necessidade de que fossem realizados inventários em cada país numa “primeira tentativa de lidar com o assunto”, com ênfase nos jardins históricos considerados mais importantes e cuja conservação deveria ser assegurada por meio de medidas apropriadas (COLLOQUE..., 1971, p. 235).

12 *Colloque International sur la conservation et la restauration des jardins historiques / International Symposium on conservation and restoration of historic gardens* (1971).

13 *International Federation of Landscape Architects*.

14 *Recommandations* (COLLOQUE..., 1971, p. 230-232) / *Recommendations* (COLLOQUE..., 1971, p. 233-236).

Após uma década, a definição de jardim histórico apresentada em Fontainebleau (COLLOQUE..., 1971) foi adotada na *Carta de Florença*¹⁵. Assim, ao conceituá-lo como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público”¹⁶ (CURY, 2004, p. 253) – ressaltando seu material natural e perecível, manipulado em uma fração de terreno no qual se articulam, ainda, traçado e outros elementos construídos e/ou aquáticos –, a carta aponta a inseparabilidade entre a matéria viva, o gesto humano e a composição deles resultantes. Esta compreensão foi expressa pela especialista Carmen Añon Feliú (1993, p. 312), para quem o jardim histórico é “uma criação espacial na qual elementos arquitetônicos e elementos vegetais formam uma unidade inseparável”.

Os jardins passavam então a ser reconhecidos como monumentos – condição já imputada aos bens edílios, edificações isoladas ou conjuntos edificados, centros urbanos e sítios do chamado “patrimônio de pedra e cal” –, contudo vivos e perecíveis, devido à sua condição de “artefatos nascidos da manipulação de materiais vegetais e minerais e de elementos artificiais, agenciados pelo engenho humano em seu impulso inventivo e adaptativo ao longo de sucessivos períodos” (SILVA, 2021, p. 92).

Como observou Pacheco (1994), ao mencionar explicitamente em seu preâmbulo que visa “a complementar a Carta de Veneza neste domínio particular”, a *Carta de Florença* (CURY, 2004, p. 253) indica a lacuna que naquela se fazia sentir em relação à matéria específica dos jardins. Mas, por outro lado, demonstra a vinculação entre ambos os documentos. Kühn (2010, p. 293) aponta que a *Carta de Veneza* centrava-se em monumentos e sítios históricos “levando em conta o alargamento daquilo que passou a ser considerado bem cultural”. Ao longo dos anos, foram, então, produzidos documentos que reinterpretaram e aprofundaram seus princípios e trataram de temas não diretamente contemplados por ela (KÜHL, 2010). A *Carta de Florença* (CURY, 2004, p. 254) afirma, por exemplo, que a denominação “jardim histórico” aplica-se tanto a jardins modestos quanto a

¹⁵ Entre o colóquio de Fontainebleau (1971) e a reunião de Florença (1981) se sucederam encontros em Granada (1973), Zeist (1975), Kromeriz-Prague (1977), Bruges-Bruxelas (1979), Madrid-Sevilla (1979) e Barcelona (1980).

¹⁶ Na versão em francês, o termo *jardin historique* corresponde a “une composition architecturale et végétale qui présente du point de vue de l’histoire et de l’art un intérêt public” (COLLOQUE..., 1971, p. 230). Na versão em inglês o termo *historic garden* é definido como “an architectural and horticultural composition of interest to the public from the historical and artistic point of view” (COLLOQUE..., 1971, p. 233).

parques paisagisticamente ordenados e de maior escala, à semelhança do que expressava a *Carta de Veneza*.

Enquanto “monumentos vivos”, os jardins históricos expressam distintas culturas, estilos, épocas e as concepções de seus criadores (CURY, 2004). Como expressão das sociedades que os produziram e usufruíram, suas principais funções devem ser, segundo Añon Feliú (1993, p. 312), “a de testemunhar a passagem da história, em uma continuidade viva e ininterrupta, assim como a de demonstrar sua beleza intrínseca, para disfrute espiritual”. Na visão da autora, é nesses dois encargos que reside “a verdadeira e importante função social do jardim histórico” (AÑON FELIÚ, 1993, p. 312).

Para que transmitam a mensagem artística e cultural subjacente à sua materialidade e exerçam sua função espiritual, os jardins históricos necessitam ser conhecidos, usufruídos e conservados. Neste sentido, no texto de abertura do colóquio de Fontainebleau, René Pechère (1971, p. 20) chegou a afirmar que, para cumprir sua missão, devem “tornar-se novamente lugares de entretenimento e não somente de ornamentos”.

Estabelecida, então, sua personalidade própria “dentro do conjunto do patrimônio, seu valor e sua importância, surge de imediato a necessidade de tratar de sua salvaguarda, de sua conservação e, se for o caso, de sua restauração ou reabilitação” (PACHECO, 1994, p. 18). Segundo umas das recomendações do colóquio de 1971 (COLLOQUE..., 1971, p. 231), em razão de seu “valor cultural e educativo [...] para o desenvolvimento da sensibilidade, é necessário promover o conhecimento e entendimento sobre os jardins históricos”. Tais apontamentos foram incorporados à *Carta de Florença* (CURY, 2004), que recomenda às autoridades responsáveis adotar medidas legais e administrativas para identificar, proteger e inventariar os jardins históricos.

O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todas as ações apropriadas a valorizar esse patrimônio e a torná-lo melhor conhecido e apreciado: promoção de pesquisa científica, intercâmbio internacional e difusão de informação, publicação e divulgação [...] (CURY, 2004, p. 258).

As recomendações do Colóquio de Fontainebleau e as diretrizes da *Carta de Florença* vieram indicar a necessidade de se documentar, pesquisar e inventariar os jardins considerados históricos, questões que mais tarde foram

absorvidas pela *Carta de Juiz de Fora*, tratando particularmente do cenário brasileiro.

3. JARDINS HISTÓRICOS NO BRASIL: A CARTA DE JUIZ DE FORA, DE 2010

No Brasil, iniciativas de proteção de jardins históricos ocorreram desde o período inicial de atuação do Iphan, quando foram tombados, em 1938, tanto jardins públicos quanto espaços verdes incluídos em bens edilícios, todos no estado do Rio de Janeiro, mas sem que viessem a constituir objeto de atenção especial ao longo dos anos subsequentes.

Segundo Delphim (2005, p. 8), “a preocupação com o tratamento dos jardins históricos de modo sério e rigoroso, com critérios análogos aos adotados na preservação de outros bens culturais, surgiu no início da década de 1980”, com a criação de um grupo da então Fundação Nacional pró-Memória no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O grupo visava se debruçar sobre a questão das paisagens e sítios naturais, que, “embora estabelecida pelo decreto-lei nº 25/37, não fora até então efetivamente tratada pelo Iphan” (DELPHIM, 2005, p. 8).

Em fevereiro de 1980, foi lançado o projeto de restauração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro sob responsabilidade do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, e viabilizado por um convênio entre a Fundação Nacional pró-Memória e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (JARDIM Botânico..., 1980; COMEMORAÇÃO..., 1981; ARQUITETO..., 1982; JARDIM Botânico: a preservação..., 1984).

No final dos anos 1990, o Iphan elaborou um manual de intervenções em jardins históricos, que foi ampliado e publicado em 2005 em um conjunto de manuais técnicos produzidos pela instituição, convertendo-se em um instrumento de proteção específico para esse tipo de bem cultural. Sua organização, contando com um grupo de colaboradores, coube ao referido arquiteto, já absorvido pelo quadro da instituição.

Por essa época ocorreram também as obras de restauro do Passeio Público do Rio de Janeiro, iniciadas em dezembro de 2003 e concluídas em dezembro de 2004 (BORGES, 2004), bem como de alguns jardins de Burle Marx no Recife, conduzidas pelo Laboratório da Paisagem da Universidade

Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Prefeitura Municipal. Foram restauradas a Praça Euclides da Cunha, a Praça Faria Neves e a Praça do Derby, respectivamente finalizadas em 2004, 2006 e 2008, mas cujos projetos haviam sido elaborados em 2001.

Foi nessa década que se deu, ainda, a redação de uma carta específica sobre os jardins brasileiros de interesse patrimonial, chamada de *Carta de Juiz de Fora*, a partir de um encontro de especialistas realizado em 2010. A *Carta de Juiz de Fora* ou *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros*, resultante do *I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos*, ocorrido na cidade de Juiz de Fora, aporta contribuições a essa discussão no âmbito da realidade brasileira. De acordo com o documento, equivalem aos jardins históricos “em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles”, entre outros refúgios criados em meio à vida cotidiana urbana (IPHAN, 2010, p. 2).

Os jardins históricos brasileiros abarcam “sítios e paisagens agenciados pelo homem”, a exemplo de jardins botânicos, praças, passeios públicos, alamedas, pomares, quintais e jardins privados, jardins zoológicos, claustros, cemitérios, vias arborizadas ou espaços verdes circundantes de monumentos ou em centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos na malha urbana, os quais encerram “um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza” (IPHAN, 2010, p. 2-3).

O reconhecimento de que esses espaços – de diferentes escalas e configurações, ora mais vastos, ora mais reduzidos, ora públicos, ora privados – podem ser considerados jardins históricos parece refletir a abrangência dada ao termo, ao menos conceitualmente, na *Carta de Florença*. Sua caracterização pode, assim, variar em função das diferentes realidades geográficas onde se localizam, compreendendo espaços de menor dimensão, como as praças e largos urbanos brasileiros, comparativamente aos grandes parques reais e aristocráticos europeus.

A *Carta de Juiz de Fora* menciona a importância de se estudar e promover o conhecimento sobre os jardins históricos brasileiros como meio de proporcionar sua devida proteção. Impõe-se a necessidade inicial de identificação, relacionada ao “registro ordenado desse tipo de bem cultural e dos elementos que o compõem”, de suas características e particularidades, que fundamentam a elaboração de um inventário (IPHAN, 2010, p. 7). Pesquisar

e documentar os jardins históricos no Brasil tornam-se, nesse sentido, atividades ainda mais importantes, considerando que são fatores de degradação a falta de registro das intervenções e das sucessões ao longo de suas fases e a inexistência de arquivos com dados sobre eles (IPHAN, 2010), o que se verifica na realidade soteropolitana.

A *Carta de Juiz de Fora* fornece, então, apontamentos para analisar os jardins históricos de Salvador, classificação que pode ser imputada às praças e largos, em razão de seu caráter coletivo e cobertura vegetal, fundamental para sua apropriação, sobretudo em cidades tropicais. Portanto, no intuito de contribuir para a identificação e a conservação dos jardins históricos da capital baiana, são analisadas três praças a seguir.

4. UM OLHAR SOBRE OS JARDINS DE SALVADOR

Tomando por base registros bibliográficos, documentos escritos, iconográficos e cartográficos, uma varredura inicial apontou a existência de cerca de doze jardins públicos construídos ou reformados no Centro¹⁷ de Salvador entre as últimas décadas do século XIX e o ano de 1950 – período decorrido entre os primeiros ajardinamentos de que se tem registro e a atuação do paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994), como mostra a Figura 3.

A confrontação entre os dados históricos e as observações de campo mostrou permanências e alterações nesse conjunto de espaços inicialmente mapeados, dos quais foram selecionadas três praças, considerando a existência de elementos arquitetônicos e paisagísticos remanescentes, sua vegetação, sua importância para a formação histórica de Salvador, ou dos bairros onde se localizam, bem como a presença das edificações adjacentes e da população residente.

A Praça do Campo Grande, também chamada de Praça 2 de Julho, encontra-se fora do *Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador*, porém está situada na Área de Proteção Contígua à de

17 Esse recorte abrange os jardins localizados na Cidade Alta e sua expansão ao Sul e na Cidade Baixa, considerando que a atual Praça Castro Alves, localizada no Centro Histórico tombado, marcava o limite meridional da cidade. No caso da Praça Castro Alves, refere-se, em particular, ao jardim fronteiro que existiu na área conhecida como Barroquinha, hoje desaparecido. Não foi identificado um nome específico para esse espaço, mas apenas uma menção como “Largo Castro Alves” na Planta da Cidade de Salvador de 1894, organizada por Adolfo Morales de los Rios. Uma matéria de época relatando as ações da Municipalidade destacava que o intendente Antonio Carneiro da Rocha (1908-1912) “Consentiu os jardins da praça Castro Alves, alargando o do lado da Barroquinha” (ALTOS e Baixos..., 1910).

Proteção Rigorosa da legislação municipal¹⁸. Recentemente, em março de 2020, a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Fundação Gregório de Mattos (FGM), abriu processo para tombamento do Monumento ao Dois de Julho nela localizada e pelo qual a praça é conhecida, o que virá a lhe conferir a condição de área de vizinhança¹⁹.

O Terreiro de Jesus está localizado dentro da poligonal do *Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador*, tombado em 1984. Porém, já se encontrava protegido desde 1959 – então referido como Praça 15 de Novembro – pelo tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo*.

Também o Largo de Santo Antônio Além do Carmo está situado no *Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador*, delimitado em 1984, mas protegido desde 1959 pelo tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo*, época em que era conhecido como Praça Barão do Triunfo.

Contudo, nos estudos referentes ao tombamento do Centro Histórico, praças e largos são frequentemente vinculados a edificações religiosas ou outros conjuntos edilícios, demarcadores da fundação e da expansão da cidade ao longo dos séculos, e não caracterizados por seus aspectos paisagísticos, toponímicos, entre outros atributos históricos, portanto, examinados a seguir. Deve-se, todavia, considerar que à época estavam em pauta discussões internacionais sobre a preservação dos jardins considerados históricos, sendo bastante recente a publicação da *Carta de Florença*.

4.1. PRAÇA DO CAMPO GRANDE

A Praça do Campo Grande, como é mais conhecido o Largo ou o Parque do Campo Grande, é também chamada de Praça 2 de Julho²⁰. O logradouro

18 A Lei Municipal nº 3.289/1983 resulta dos estudos referentes ao tombamento do Centro Histórico, em 1984, embora publicada um ano antes (LUTHER et al, 2018). Esta lei veio constituir um instrumento de proteção do “entorno” ou “moldura” da área tombada, requisito da Unesco para a inscrição dessa mesma área na Lista do Patrimônio Mundial (SEC espera..., 1983, p. 13; SPHAN cumpre..., 1983, p. 12).

19 Segundo a Lei Municipal nº 8.550/2014, que regulamenta a matéria, a abertura de processo de tombamento, após instrução sumária deferindo a proposta, assegura ao bem o mesmo regime dos bens protegidos até o ato de sua inscrição no Livro do Tombamento correspondente (SALVADOR, 2014).

20 De acordo com o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU), o logradouro é denominado de Parque do Campo Grande e classificado como “Parque de Bairro”, então definido como “área pública urbanizada, com porte igual ou superior a vinte mil metros quadrados,

ro situa-se junto ao Corredor da Vitória, trecho da Av. Sete de Setembro ocupado por moradores de classe média e alta.

O Campo Grande de São Pedro, ou simplesmente Campo Grande, localizava-se na então freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na área de expansão do Centro na direção Sul, e em cuja vizinhança estava o Forte de São Pedro. A expressão Campo Grande se relaciona à morfologia geral do espaço, que se configurava como uma área ampla, com vegetação rasteira, utilizada para treinamento militar. O complemento “de São Pedro” se associa à antiga Igreja de São Pedro, que havia sido derrubada para a construção do forte.

No século XIX, a freguesia era formada por cônsules e ricos negociantes da cidade, principalmente estrangeiros, e por residências ajardinadas, já constituindo uma região elitizada (NASCIMENTO, 2007). Por influência dos ideais higienistas dos ingleses que ali residiam, e de seu estilo de vida saudável, o campo foi nivelado em 1830 e arborizado na década de 1850, sob os cuidados do reverendo Edward G. Parker, passando a se chamar Praça Duque de Caxias em 1856 (PRAÇA..., 2007). Em 1870, tratava-se de um campo nivelado, formado por árvores de médio porte, lampiões e terra batida, constituindo um local de práticas ao ar livre (Figura 4).

Em 1895, a praça, então chamada de Parque Duque de Caxias, foi inaugurada tendo como elemento central um monumento em bronze erguido em comemoração aos heróis da Independência da Bahia, que marca a derrota, em dois de julho de 1823, das tropas portuguesas no processo emancipatório do Brasil (Figura 5). Em memória desse evento histórico, a praça adotou a nomenclatura de Praça 2 de Julho na ocasião da inauguração do monumento, conhecido como “Caboclo” (CAMPO Grande..., 1998). Além do caráter simbólico, a praça constituía um novo espaço de recreação, definido por canteiros e traçado regular, dotado de arbustos, dois coretos metálicos, lagos circulares com fontes, bancos, iluminação, pavimentação e estrutura de fechamento. Segundo registro do jornal *Diário de Notícias*, um dia depois da inauguração:

Efetou-se ontem com toda a solenidade e perante enorme massa popular a inauguração do monumento ao 2 de julho erigido no parque Duque de Caxias. [...] O Campo Grande o Parque Du-

dotada ou não de atributos naturais, destinada ao convívio social, ao lazer, à recreação e também à prática de esportes” (SALVADOR, 2016, p. 146-147). Contudo, o espaço é também historicamente denominado de Praça 2 de Julho ou Dois de Julho ou, ainda, Parque 2 de Julho, conforme verificado em registros documentais.

que de Caxias estava vistosamente ornamentado embandeirado fora das grades de ferro e do lado da entrada principal [...] (FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA, 1997, p. 12).

O monumento é de autoria de Carlo Nicoli, cônsul brasileiro e escultor pouco conhecido. De caráter alegórico, e não figurativo, a imponente escultura possui cerca de 26 metros de altura, e é encimada por uma figura indígena – o “Caboclo” – pisando uma serpente, que simboliza a metrópole (KRAAY, 2006) e os diferentes grupos étnicos e sociais que participaram das lutas pela Independência, como comentado numa matéria jornalística de 2003:

Cada elemento que compõe o monumento tem uma representação histórica: as figuras do Caboclo, de Catarina Paraguaçu, dos rios São Francisco e Paraguaçu e dos leões simbolizam as batalhas travadas pela Independência da Bahia. As águias referem-se às vitórias baianas em Itaparica e Cachoeira (CAMPO Grande volta...2003, p. 3).

No século XX, devido a situações de abandono, a Praça do Campo Grande passou por intervenções paisagísticas visando à sua recuperação. Até os anos 1950, quando seu traçado, hoje característico, já estava configurado, foram criados novos atrativos, como um espelho d’água e duas pérgulas (Figura 6).

Na década de 1910, existiam na praça caminhos em terra batida, canteiros com pequenos arbustos e árvores de médio porte, além de duas alamedas ao longo dos principais eixos do traçado nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Nos anos 1930, a praça possuía vasta vegetação, com árvores mais frondosas, e já contava com a ampliação do mobiliário urbano, após a introdução das duas referidas pérgulas em alvenaria – raros exemplares desse tipo de estrutura nas antigas praças de Salvador.

Utilizadas ao menos desde o Renascimento italiano, as pérgulas, estruturas arquitetônicas sobre as quais se cultivam plantas trepadeiras, “tornaram-se conhecidas na Europa Ocidental” e se espraíram no paisagismo do século XIX, constituindo importantes elementos na “composição espacial” dos jardins (VROOM, 2006, p. 242), além de proporcionarem a criação de recintos sombreados e aromáticos. Na Praça do Campo Grande, as duas pérgulas, instaladas próximas aos lagos com fontes d’água, arbustos e árvo-

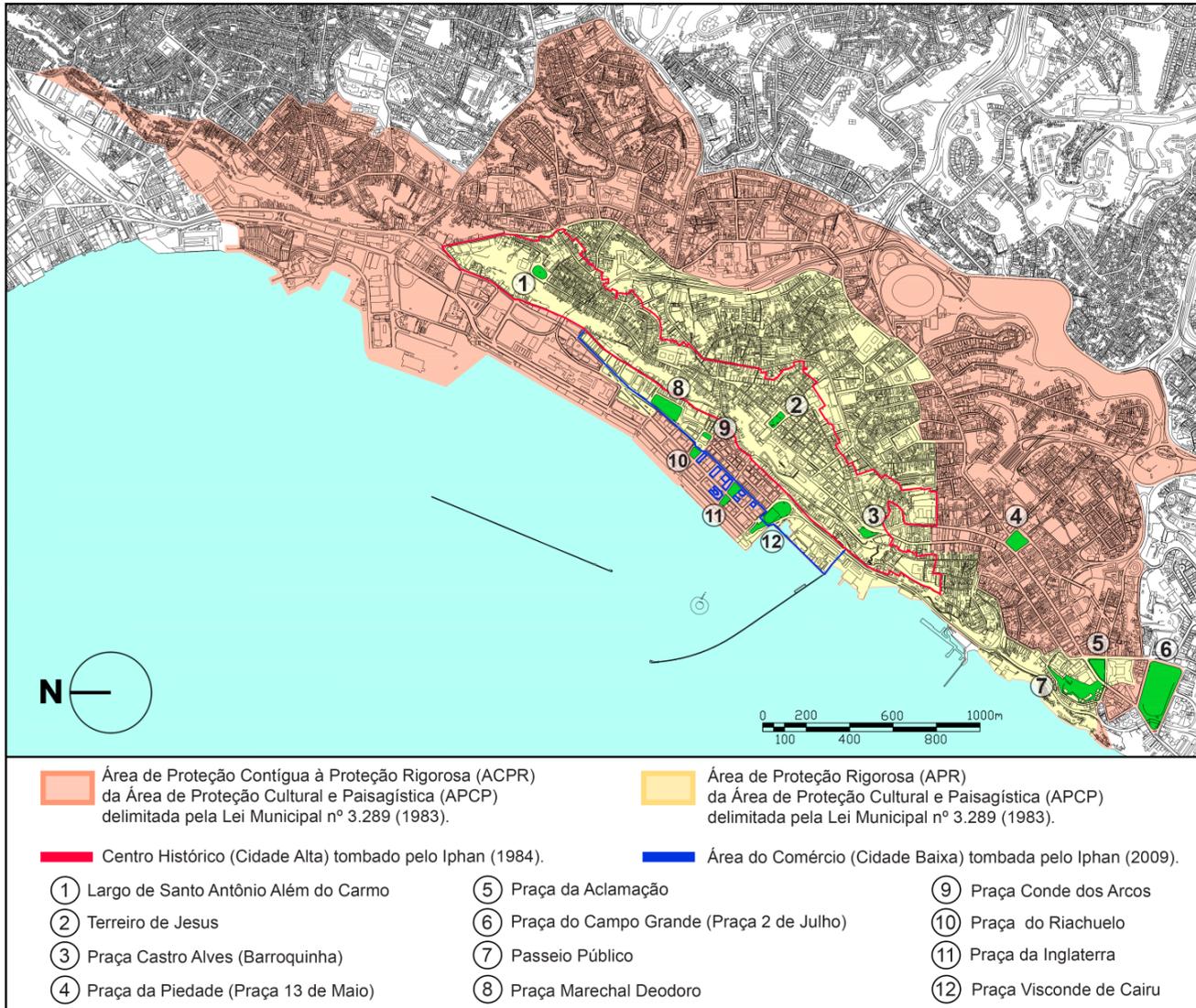


Figura 3 – Identificação dos antigos jardins de Salvador projetados sobre o mapa atual da cidade. Em vermelho, a poligonal de tombamento do *Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador* realizado pelo Iphan em 1984, área inscrita na Lista da Unesco em 1985; em azul, a poligonal de tombamento do *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa* realizado pelo Iphan em 2009. Em amarelo e rosa veem-se, respectivamente, a Área de Proteção Rigorosa (APR) e a Área de Proteção Contígua à de Proteção Rigorosa (ACPR), que integram a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), definida pela Lei Municipal nº 3.289 de 1983.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

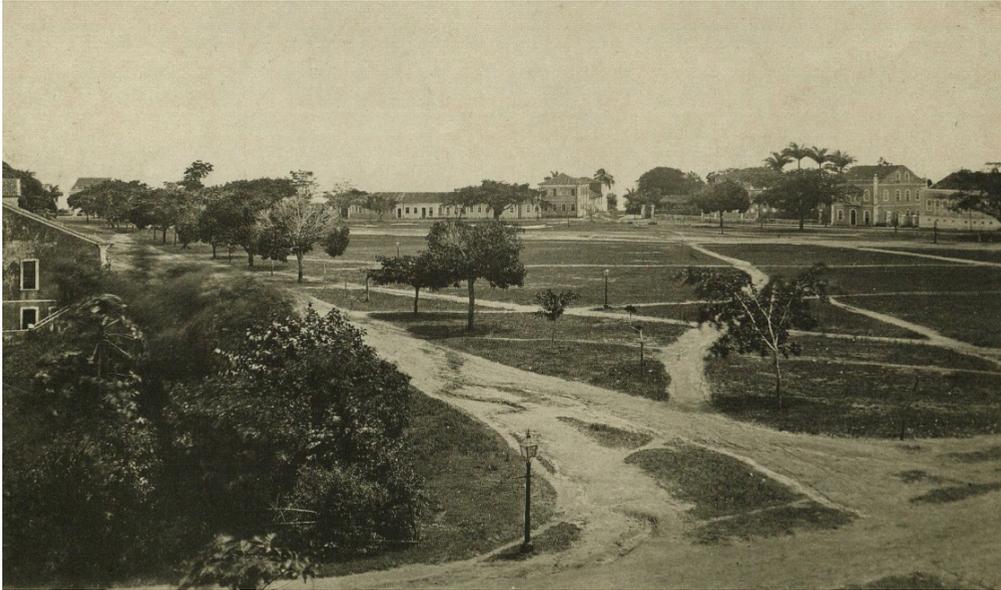


Figura 4 – Praça do Campo Grande, 1870, foto de Guilherme Gaensly.
Fonte: Ferrez (1988, p. 120).

12

res, bancos e estátuas, reforçavam o caráter do espaço para contemplação e relaxamento.

No final dos anos 1930, a Praça do Campo Grande mantinha-se bastante arborizada, com percursos sombreados. Nesse período, dois coretos em alvenaria haviam substituído os antigos, que eram metálicos, possivelmente ainda assinalando a ocorrência de retretas, como verificado coetaneamente em vários jardins brasileiros (SILVA, 2016), mas cujo decaimento parece ter levado à remoção desse tipo de equipamento por parte do poder público em muitas cidades.

Uma alteração morfológica na praça ocorreu em 1960, quando parte dela foi utilizada para a construção de um túnel que interligava as avenidas Lafayette Coutinho (Av. Contorno) e Reitor Miguel Calmon. Os anos de 1970 a 1990 marcam um período de mudanças paisagísticas, devido à sua degradação e esvaziamento, com a inserção de área de recreação infantil, nova pavimentação, bancos, postes de iluminação, canteiros e retirada dos coretos.

Em 1973, o logradouro passou por uma reforma e chegou a ser referido pela imprensa local como Jardim da Independência (CAMPO Grande ..., 1973a; CAMPO Grande fica..., 1973b), denominação provavelmente efêmera e claramente vinculada à ocasião do Sesquicentenário da Independência da Bahia, celebrado naquele ano:

Quem passa pelo jardim do Campo Grande já pode ter uma idéia de como ficará o piso (...) depois de concluídas as obras. Em certos trechos o arenito utilizado pela Prefeitura começa a se destacar pela semelhança com a própria areia outrora existente, o que assegura a manutenção da bela paisagem do Jardim da Independência. (...) A inauguração ocorrerá a 2 de Julho (CAMPO Grande fica..., 1973b, p. 2).

Atualmente, a Praça do Campo Grande mantém elementos remanescentes dessas décadas, como as linhas gerais do traçado, a disposição dos grandes canteiros, o monumento ao Dois de Julho, os lagos com fontes, as pérgulas e uma expressiva arborização (Figuras 7 e 8). Apesar da verticalização das construções de seu entorno, o monumento do “Caboclo” destaca-se dentro da praça, tendo como pano de fundo uma massa vegetal que cria um ambiente agradável e acolhedor, propício à permanência e práticas ao ar livre (Figura 8). Embora oficialmente denominado de Parque do Campo Grande pelo plano diretor da cidade, ou Largo do Campo Grande, como consta na sinalização urbana, o logradouro fixou-se na toponímia da cidade como Praça do Campo Grande, ou simplesmente Campo Grande, nome pelo qual é popularmente chamado.



Figura 5 – Praça do Campo Grande, 1895, com dois lagos e suas fontes, canteiros, dois coretos, a Baía de Todos os Santos ao fundo e o Monumento ao Dois de Julho ao centro.
Fonte: AHMS.

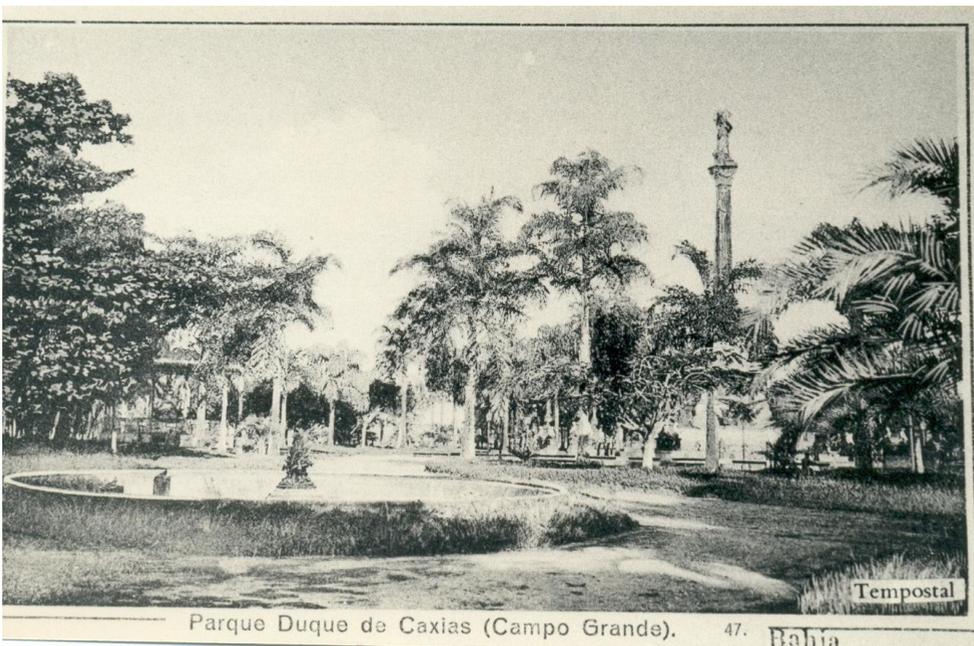


Figura 6 – Praça do Campo Grande com um dos lagos e sua fonte, densa vegetação e o Monumento ao Dois de Julho.
Fonte: AHMS.

4.2. TERREIRO DE JESUS

O Terreiro de Jesus, também chamado de Largo Terreiro de Jesus, localiza-se em um trecho da antiga freguesia da Sé, junto à mancha matriz onde a cidade se originou. Sua toponímia comunica a vizinhança com a antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas, respectivamente transformados na Catedral de Salvador e na Faculdade de Medicina da Bahia.

Definido por uma ambiência peculiar configurada por cinco igrejas, o terreiro, definido como “espaço plano de terra”, “largo” ou “praça dentro da povoação” (SILVA, 1890, p. 889), consolidou-se como uma das principais praças da cidade. Também denominado de Praça Conde d’Eu²¹, talvez por curto período, e Praça 15 de Novembro – respectivamente tributárias do Império e da República –, nunca perdeu de todo sua denominação religiosa como expressão do lugar onde se implantou. Morfologicamente, caracteriza-se como uma praça de profundidade (SITTE, 1992) em relação à Catedral, principal edificação e monumento arquitetônico do conjunto, e tem, em seu lado oposto, o complexo religioso franciscano e o Largo do Cruzeiro de São Francisco, com os quais cria uma composição urbano-paisagística singular.

O terreiro manteve-se como uma praça seca, utilizada para festividades, eventos religiosos e como locus da vida social, por onde passava o cortejo da festa do 2 de Julho (KRAAY, 2006), servindo também ao abastecimento d’água da cidade, em razão da inauguração de um chafariz em ferro pela Companhia do Queimado na década de 1850 (Figura 9). Essa fonte é representativa do período de produção industrial e do escoamento de artefatos artísticos e utilitários europeus – peças de mobiliário, componentes arquiteturais e edificações inteiras –, constitutivos da chamada arquitetura do ferro e absorvidos pelas cidades em urbanização em países como o Brasil (SILVA, 1986; SILVA, 2016). Além do chafariz, uma das raras manufaturas desse tipo hoje presentes nas praças de Salvador, o terreiro contava também com dois alinhamentos arbóreos, que demarcavam as laterais da igreja, como se nota em fotos da época (Figura 9).

O espaço foi ajardinado em 1903, na gestão do intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho (1900-1903), passando a se chamar Jardim da Praça 15 de Novembro. Foram desenhados canteiros e construídos dois

coretos em alvenaria – alinhados à Catedral –, além de um muro fechando o logradouro com quatro portões simetricamente dispostos, ao passo que foi preservado o chafariz em ferro (Figura 10). Segundo noticiado na imprensa:

Domingo, á tarde, como estava anunciado, teve logar a inauguração do novo jardim da Praça 15 de Novembro, no districto da Sé, pelo sr. dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, intendente municipal. A’s 4 1/2 horas da tarde, apesar do aspecto chuvoso do céu, era enorme a concurrencia do povo na praça, que estava toda festivamente embandeirada. [...] Até 11 horas da noite era grande a concurrencia de familias e representantes de todas as classes sociaes ao Jardim da Praça 15 de Novembro, que esteve brilhantemente iluminado (JARDIM da Praça ..., 1903).

Fotos do início do século XX ilustram esse projeto realizado. Nelas se percebem os canteiros com plantas de pequeno porte e a ausência da arborização do século XIX, embora não se saiba a causa desse desaparecimento. A criação de dois coretos – e não de um, como era comum – parece indicar a existência de concertos públicos, assim como a utilização dos jardins como espaço de recreação urbana, antes da difusão de outros tipos de divertimento (SILVA, 2016) e do esvaziamento da área central da cidade.

O terreiro manteve sua estrutura geral, mas perdeu alguns elementos, como o muro e os portões. Nos anos 1930 e 1940, era visto com árvores de grande porte, palmeiras e os antigos coretos. Essa feição teria sido encontrada pelo paisagista Roberto Burle Marx, quando convidado, em 1948, pelo prefeito José Wanderley de Araújo Pinho (1947-1951) para reformar os jardins de Salvador.

Regressou da Bahia, onde, a convite do prefeito da Capital, engenheiro Wanderley Pinho, se encarregará da criação dos jardins de cinco praças naquela capital, o arquiteto, pintor e paisagista Roberto Burle Marx, artista e tecnico brasileiro renomado na Europa e nos Estados Unidos, autor de verdadeiros monumentos na sua especialização [...] (AS COMEMORAÇÕES..., 1948, p. 2).

Cerca de um ano após a passagem do paisagista pela capital, o projeto ainda não havia sido concluído (JARDINS da cidade..., 1949, p. 4). Conforme notícias da imprensa, os “planos encomendados pela Prefeitura” para as praças de Salvador foram entregues em 1950 (O EMBELEZAMENTO..., 1950, p.

21 O terreiro também já foi conhecido como Praça Conde d’Eu ou Praça do Conde d’Eu, conforme verificado em registros documentais.



Figura 7 – Praça do Campo Grande.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2017.



Figura 8 – Praça do Campo Grande.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2020.

2), ano em que o “Jardim do Terreiro” foi reformado (OBRAS..., 1950, p. 3) e inaugurado em data desconhecida.

O projeto de Burle Marx expressava princípios de composição e repertórios já experimentados pelo paisagista, como as linhas curvas, o aproveitamento de vegetação preexistente e a utilização de plantas nativas do Brasil. No Terreiro de Jesus, introduziu pavimentos em mosaicos de “pedra portuguesa”, “seixos rolados pretos” e “conchas da região” (KALIL, 2010, p. 81). A partir desses materiais, definiu um traçado sinuoso e um padrão gráfico que reproduzia ondas, utilizado em calçadas e espaços públicos, como o Rossio de Lisboa (Figura 11). Burle Marx manteve o chafariz central, elemento histórico e já identitário do local, assim como indivíduos de palmeiras imperiais; também desenhou bancos circulares, que acompanhavam os troncos das árvores – soluções já utilizadas nos jardins do Recife, como mostrado por Silva (2010; 2019) (Figura 11).

O desenho incluía, ao centro, um canteiro curvilíneo, que se articulava à sinuosidade do traçado expressa na própria silhueta da cidade (Figura 11). A indicação de dois renques de árvores – lófanteras e sibipirunas – nas bordas da praça recuperava a imagem da arborização que existiu no século XIX, tão comum nas antigas praças ajardinadas brasileiras, ao mesmo tempo em que fechava e valorizava a perspectiva para a Catedral, enfatizada pela opção por um coreto móvel que pudesse lhe garantir maior visibilidade. Contudo, com base em fotos e cartões postais da segunda metade do século XX, não é possível afirmar que essas espécies arbóreas foram, de fato, introduzidas.

O novo jardim foi inaugurado em um período de esvaziamento populacional do Centro, o que pode ter dificultado sua conservação. Chama atenção a perda da vegetação arbórea, recuperada em uma reforma realizada pela prefeitura em 2019. Atualmente, o Terreiro de Jesus reúne elementos his-

16



Figura 9 – Terreiro de Jesus, em meados do século XIX, com o chafariz em ferro, arborização, a igreja e o antigo colégio dos Jesuítas, c. 1862, foto de Camillo Vedani. Fonte: Ferrez (1988, p. 97).



Figura 10 – Terreiro de Jesus, no início do século XX, com o chafariz em ferro, um coreto, o muro, os gradis e o antigo colégio dos Jesuítas, posteriormente, a Faculdade de Medicina da Bahia.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

tóricos de várias épocas, alguns deles mantidos e outros introduzidos por Burle Marx, sendo a única praça da cidade que teve um projeto concretizado pelo paisagista (Figuras 12 e 13). O Terreiro de Jesus ou simplesmente Terreiro preserva, ainda, seu valor toponímico, que transcende o espaço da praça para o entorno e o conjunto no qual está inserido.

4.3. LARGO DE SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO

O Largo de Santo Antônio Além do Carmo se localiza na antiga freguesia homônima, atual bairro de Santo Antônio. A ocupação da localidade deu-se com a expansão da cidade além de seu limite Norte, próximo à Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo – daí derivando a denominação de “Além do Carmo”. A antiga freguesia era predominantemente residencial, ocupada por uma população de classe média, com trabalhadores nos ramos de serviços ou na lavoura das roças (NASCIMENTO, 2007). O bairro mantém até hoje esse perfil habitacional, apesar do recente avanço das atividades de turismo e de lazer nesse trecho do Centro Histórico.

Segundo Hernández (2001), a ocupação habitacional dessa região remonta ao século XVIII, mas a Igreja de Santo Antônio teria sido edificada no século XVI, ao passo que o Forte de Santo Antônio Além do Carmo, ou Forte da Capoeira, situado no entorno do largo²², data do século XVII. Ainda de acordo com Hernández (2001), a criação do largo pode ter ocorrido após a demolição de um dos baluartes do Forte de Santo Antônio (Forte da Capoeira) entre 1847 e 1850, provocada por deslizamentos de terra. Porém, sua configuração atual teria surgido em 1897, devido aos processos de construção do Plano Inclinado do Pilar, o que impulsionou a circulação de pessoas na área, também em razão da implantação de uma linha de bondes em 1910 (HERNÁNDEZ, 2001).

Contudo, segundo Oliveira (2008, p. 153-154), “há evidências de que a perda de um dos baluartes faz parte dos famosos ‘embelezamentos’ que se procurava obter na criação de praças públicas”, ao passo que um segundo desapareceu por deslizamentos da encosta, em 1813. Essa hipótese é reforçada por uma matéria do jornal *Correio Mercantil*, de 1843, sobre fatos históricos ocorridos em Salvador, ao mencionar que, em 1813:

22 O largo já foi conhecido como Praça Barão do Triunfo, também grafado Triumpho, conforme verificado em registros documentais.



Figura 11– Terreiro de Jesus após a execução do projeto de Burle Marx, com o canteiro central, a pavimentação com mosaicos em pedras portuguesas e o chafariz; em último plano, a Igreja de São Francisco.
Fonte: Fundaj.

O governador ordenou á camara, que procedesse á vestoria nos logares mais perigosos, para se providenciar ao damno dos moradores, e nesta diligencia se achava a mesma camara em o dia 1. de julho pelas 10 horas da manhã (sic), junto ao forte de Santo Antonio alem do Carmo, quando antes de dar principio à vestoria que ali ia fazer, desligando-se uma grande porção da terra, contigua ao baluarte septentrional do mesmo forte, abateo oito casas, que lhe ficavão (sic) inferiores na raiz da montanha, sem que todavia nenhuma pessoa sofresse damno [...] (CORREIO..., 1843, p. 2).

Apesar da imprecisão em relação à data dos deslizamentos, perdas de baluartes e fatores – acidentais ou não – que teriam ocasionado a abertura do largo, pode-se afirmar que o espaço já estava configurado, porém sem vegetação, no início do século XX. Acerca de seu ajardinamento, uma edição de 1910 da *Revista do Brasil* noticiava os serviços prestados pela administra-

ção do intendente Antônio Carneiro da Rocha (1908-1912), abarcando a recuperação e a criação de jardins, entre eles o de Santo Antônio:

Ha tempos que seguimos com interesse [...] a gestão administrativa do illustre sr. cons. Antonio Carneiro da Rocha e apreciamos o seu esforço intelligente em bem servir aos mais importantes interesses do Municipio confiado á sua guarda. [...] Restaurou os jardins da Madragoa, da Piedade e da Praça 15 de Novembro; auxiliou a reconstrucção do Passeio Publico e da Praça d. Isabel; está restaurando os jardins do Campo Grande e o de Nazareth [...] e está projectando a construcção dos jardins do Largo de Santo Antonio [...] (ALTOS e Baixos..., 1910).

Todavia, em 1923, o largo ainda se caracterizava como um espaço descampado, sem vegetação e mobiliário, a julgar pela data da Figura 14. É provável que tenha sido remodelado na década de 1930, já que, segundo o



Figura 12 – Terreiro de Jesus.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019.



Figura 13 – Terreiro de Jesus.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019.

depoimento de um morador publicado no jornal *A Tarde*, o coreto em ferro foi instalado em 1932:

“Ainda me lembro da inauguração desse coreto aí do largo, na gestão do prefeito Pimenta da Cunha, em 1932, e das retretas que se faziam aos domingos”, conta o pintor lamentando o abandono em que se encontra a Praça Barão do Triunfo, principalmente a área voltada para o mar (BAIRRO..., 1987, p. 4).

A notícia da inauguração do coreto, em 1932, leva a crer que o ajardinamento ocorreu nesse mesmo período, se não neste mesmo ano, hipótese reforçada pelas informações constantes nos anais da *Semana de Urbanismo de Salvador*, de 1935 (Figura 15). Segundo a publicação:

[...] todos nós, somos unânimes em reconhecer a formidável utilidade dos jardins, não só como “pulmões da cidade” mas sobretudo como embelezamento urbano e como meio de educação artística para o povo; nada mais agradável á vista de uma pessoa educada que a passagem por um jardim florido e bem tratado. [...] em 4 anos foram construídos os seguintes logradouros ajardinados: Santo Antonio Alem do Carmo [...], Mouraria, Dom Pedro II [...], Piedade [...], Campo Grande [...], Acclamação [...], Visconde de Cayrú [...] (FERNANDES; FIGUEIREDO; REBOUÇAS, 2016, p. 10).

Aspectos do jardim podem vistos em registros de 1935 (Figura 15), quando o largo mantinha o traçado ovalado, característico da década anterior, e apresentava percursos bem delimitados por canteiros, vegetação arbórea na borda, e fileira de árvores na área interna, provavelmente os fícus vistos nos anos de 1960 e 1970. Além disso, contava com quatro esculturas, pavimentação e um coreto ao centro. Após a via que contornava o largo, um muro marcava o limite da ocupação deste trecho da Cidade Alta, exercendo a condição de mirante, com ampla vista para a Cidade Baixa e Baía de Todos os Santos.

Gradualmente, o jardim recebeu novos equipamentos, a provável introdução de *flamboyants* e a redefinição dos percursos, decorrente da inserção de canteiros. Com a implantação de uma área de recreação, bancos e uma pérgula, embora sem a devida cobertura vegetal para sombreamento, seu caráter de área de lazer para a população residente foi reforçado (Figura

16). Em 2016, o largo passou por uma reforma que contou com o alargamento das calçadas para melhorar a acessibilidade, troca de equipamentos de ginástica, uma nova área para parque infantil e algumas mudas.

Hoje, no largo, verifica-se a permanência de alguns elementos, como as linhas gerais do traçado, seu formato ovalado, a disposição da vegetação e o coreto como ponto focal – único desse tipo na parte antiga da cidade (Figuras 17 e 18). Mantém-se, assim, seu caráter de praça ajardinada com árvores nas bordas e mirante para a Cidade Baixa e a baía (Figuras 17 e 18). O largo é a principal área de lazer ajardinada desse trecho do Centro Histórico, cujo caráter residencial reforça as relações de uso e apropriação pela população, que o utiliza para práticas cotidianas e festas tradicionais. Embora também chamado de Praça Barão do Triunfo, o Largo de Santo Antônio Além do Carmo revela, em sua nomenclatura, seu vínculo com a história do lugar – seja a freguesia, a paróquia ou o bairro de Santo Antônio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças aqui estudadas distinguem-se entre si em relação à sua escala, morfologia, características preservadas e relação com o ambiente urbano e histórico no qual se inserem – aspectos esses que se refletem em sua própria nomenclatura e se inscrevem na toponímia urbana de Salvador.

Na Praça do Campo Grande destacam-se sua massa vegetal, seu traçado, seus elementos arquitetônicos e paisagísticos, além do monumento ao “Caboclo”, comemorativo da data cívica mais importante da Bahia. Chama atenção o fato de ser a maior praça do Centro, comparada a outros espaços públicos da área central, por isso antes conhecida como Parque Duque de Caxias ou Parque 2 de Julho e classificada como parque de bairro pelo plano diretor da cidade. Apesar de ter sofrido perdas de área, é o espaço público ajardinado mais expressivo da área central de Salvador, o que explica também ser chamado, ainda hoje, de Campo Grande. É a única praça, entre as três aqui analisadas, que não está na poligonal do Centro Histórico tombado, mas em sua área de expansão.

O Terreiro de Jesus, uma das praças mais antigas de Salvador, possui várias camadas históricas vistas nas construções religiosas que a definem, em seu formato profundo e contíguo ao Largo do Cruzeiro de São Francisco e na presença do antigo chafariz da Companhia do Queimado – equipamento

realçado pela intervenção de Burle Marx, que ainda definiu novos pavimentos e um canteiro central de plantas herbáceas coloridas. Caracteriza-se, em suma, como uma praça monumental “fechada” por cinco igrejas que concentrava a vida social e religiosa da Cidade Alta.

O modesto Largo de Santo Antônio Além do Carmo expressa um vínculo histórico com a população e com a Igreja de Santo Antônio, e constitui a centralidade dessa área tradicionalmente habitacional do Centro Histórico. A praça preserva o último dos antigos coretos existentes nas praças de Salvador, bem como seu incomum formato ovalado, quer resultante de causas acidentais, quer das irregularidades características da paisagem da cidade – sendo estas propriamente relacionadas àquelas. Configura-se, ainda, como uma “praça-mirante” que proporciona ampla mirada para o mar da Baía de Todos os Santos.

Examinadas em conjunto, as três praças expressam, por um lado, a diversidade paisagística do Centro de Salvador, conforme comentava Milton

Santos (1959) acerca das distintas configurações de traçados e de gerações de construções presentes na área central, mas, por outro, também refletem a heterogeneidade morfológica do acervo edilício reconhecido no tombamento do Centro Histórico em 1984.

Tais praças contêm elementos representativos da tipologia de mobiliário que caracterizou os jardins públicos construídos no Brasil no século XIX até as primeiras décadas do século XX, como as pérgulas da Praça do Campo Grande, o chafariz do Terreiro de Jesus e o coreto do Largo de Santo Antônio Além do Carmo. Testemunham e conjugam, dessa forma, processos de ajardinamento, concepções do paisagista Roberto Burle Marx, eventos e fatos históricos, e evidenciam uma conciliação com o sítio físico da cidade onde foram construídas.

Portanto, vistas como jardins históricos, modestos ou monumentais, reúnem atributos arquitetônicos, toponímicos e paisagísticos que respondem às considerações da *Carta de Florença*, de 1981, e da *Carta de Juiz de Fora*, de 2010.

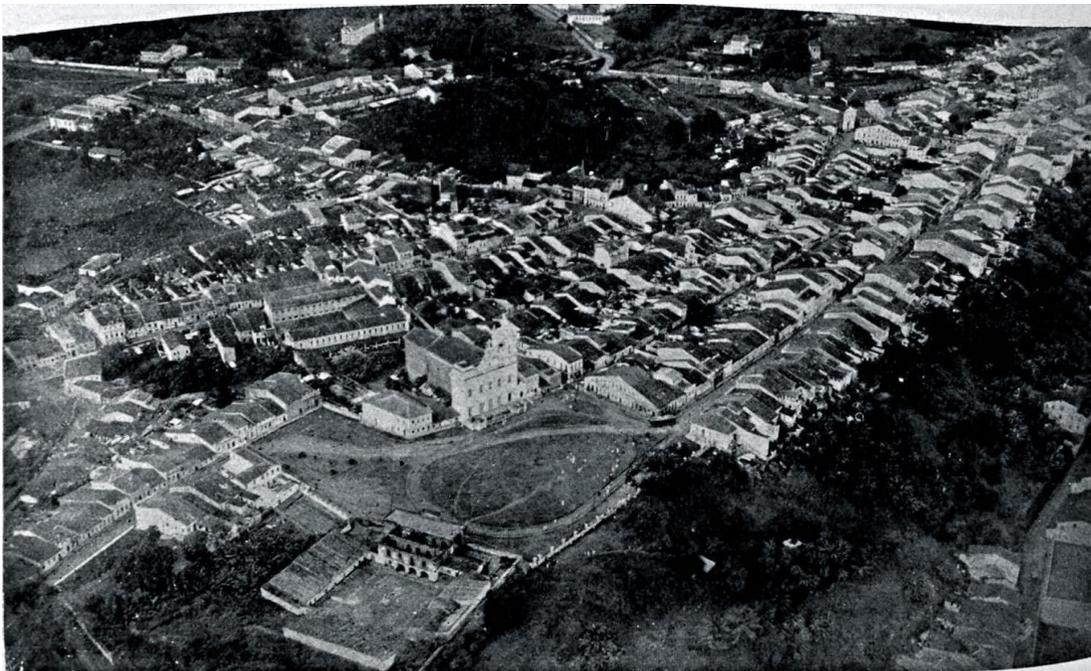


Figura 14 – Largo de Santo Antônio Além do Carmo, c. 1923.
Fonte: Site Guia Cartográfico Cidade Salvador.
Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo20/1923/santo-antonio.htm>. Acesso em: 31 jan. 2021.

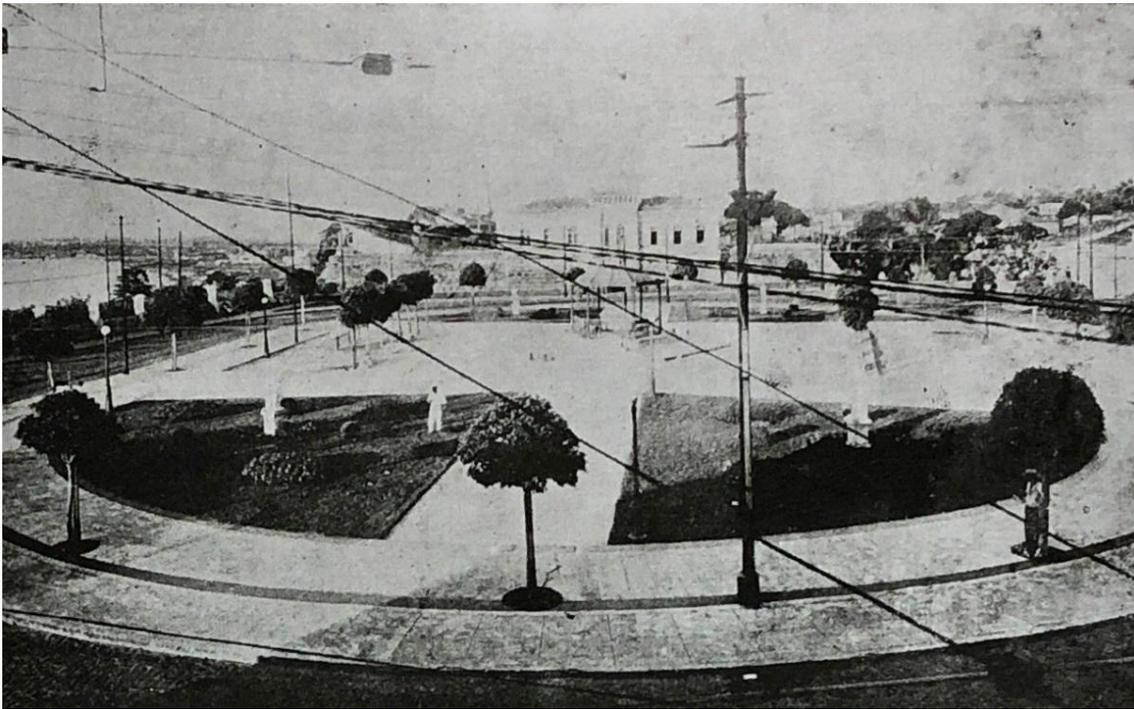


Figura 15 – Largo de Santo Antônio Além do Carmo, 1935, com canteiros, árvores, esculturas, o coreto e o Forte de Santo Antônio.
Fonte: Fernandes, Figueiredo e Rebouças (2016).

Em síntese, se os jardins de Salvador produzem testemunhos históricos nos termos expostos por ambas as Cartas, constituem-se, ainda, como espaços aprazíveis que revelam a presença da natureza na cidade; da natureza agenciada pelo e para o homem, para seu usufruto e fruição espiritual, como definiram Carmen Añon Feliú (1993) e René Pechère (1971). É neste sentido que sua preservação se justifica, por seu conjunto de atributos materiais, seus significados culturais e enquanto espaços de recreação pública e não apenas como condição de entorno de monumentos tombados – compreensão que deve ser incorporada no processo de gestão da conservação do patrimônio urbano de Salvador, sobretudo frente aos projetos e empreendimentos que possam colocá-lo em risco.

As considerações aqui reunidas fortalecem, dessa forma, os valores associados à heterogeneidade edilícia característica da paisagem do Centro Histórico, reconhecida em seu tombamento em 1984. Aportam contribuições ao entendimento da paisagem histórica de Salvador e à ampliação do quadro de valores atribuídos às praças e aos largos nos processos de patrimonialização da área central da cidade, ao abordá-los sob a noção de jardim histórico. Os estudos acerca desses espaços históricos devem, portanto, ser aprofundados, com especial atenção à sua componente vegetal e à sua apropriação coletiva, de modo que este texto possa servir de indutor.



Figura 16 – Largo de Santo Antônio Além do Carmo, com a pérgula e os brinquedos.
Fonte: AHMS.

23



Figura 17 – Largo de Santo Antônio Além do Carmo.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2020.



Figura 18 – Largo de Santo Antônio Além do Carmo visto a partir do Forte da Capoeira; e mirante para a Cidade Baixa e Baía de Todos os Santos. Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019.

24 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOS e Baixos – Administração Municipal. **Revista do Brasil**, Bahia, 15 maio 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&pesq=Antonio%20Carneiro%20da%20Rocha&pasta=ano%20191&pagfis=2721>. Acesso em: 26 jun. 2021.

AÑON FELIÚ, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. In: **Jardins et Sites Historiques - Journal Scientifique**. Madrid: Icomos, 1993. p. 312-325.

ARQUITETO acha pinturas “art-nouveau” em casa restaurada no J. Botânico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 13, p. 9, 21 abr. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=delphim%20jardim%20bot%20C3%A2nico&pasta=ano%20198&pagfis=69211. Acesso em: 22 mar. 2021.

AS COMEMORAÇÕES do IV Centenario da Bahia. **A Tarde**, Bahia, p. 2, 30 jul. 1948.

BAIRRO ainda cultiva muitos hábitos antigos. **A Tarde**, Bahia, p. 4, 11 maio 1987.

BORGES, Waleska. Primeiro Parque do Brasil é reaberto: depois de ficar um ano em obras, a prefeitura investe R\$ 1,8 milhões e devolve aos cariocas o Passeio Público. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 251, 15 dez. 2004. Caderno Cidade, p. A15. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pagfis=123434. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAMPO Grande: a reforma do “Jardim da Independência”. **A Tarde**, Bahia, p. 2, 13 abr. 1973a.

CAMPO Grande fica assim. **A Tarde**, Bahia, p. 2, 12 maio 1973b.

CAMPO Grande tem um acervo rico com 260 árvores exóticas. **A Tarde**, Bahia, 23 ago. 1998. Caderno 1, p. 4.

CAMPO Grande volta à cena urbana. **A Tarde**, Bahia, 13 dez. de 2003. Caderno local, p. 3.

COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA CONSERVATION ET LA RESTAURATION DES JARDINS

HISTORIQUES/INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CONSERVATION AND RESTORATION OF HISTORIC GARDENS, I., 1971, Fontainebleau. **Recommandations** [...]. Fontainebleau: Icomos, 1971. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/a-propos-du-centre/publicationsdoc-2/autres-publications-3/116-english-categories/resources/publications/390-colloque-international-sur-la-conservation-et-la-restauration-des-jardins-historiques--international-symposium-on-conservation-and-restoration-of-historic-gardens>. Acesso em: 27 jan. 2021.

COMEMORAÇÃO: Jardim Botânico está completando 173 anos. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, ano 104, n. 3348, p. 3, 5 jun. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&pesq=laborat%20B3rio%20an%20C3%A1lise%20sementes&pasta=ano%20198&pagfis=13163. Acesso em: 18 de mar. 2021.

CORREIO Mercantil. **Correio Mercantil**, Bahia, ano 10, n. 158, p. 2, 22 jul. 1843. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&pesq=baluarte&pasta=ano%20184&pagfis=4784>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de Intervenções em Jardins Históricos**. Brasília, DF: Iphan, 2005.

FERREZ, Gilberto. **Bahia: Velhas Fotografias, 1958-1900**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1988.

FILHO, Godofredo. Notícias de aspectos urbanos da Bahia no século XIX. In: REBOUÇAS, Diógenes. **Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX**. Salvador: Odebrecht, 1979. p. 22-36.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. **Projeto executivo de paisagismo da Praça 2 de Julho-Campo Grande**. Salvador: Spatium Arquitetura, 1997. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/CTL-304_v1.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

GAZZOLA, Piero. Closing Speech by the President of Icomos. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA CONSERVATION ET LA RESTAURATION DES JARDINS HISTORIQUES/INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CONSERVATION AND RESTORATION OF HISTORIC GARDENS, I., 1971, Fontainebleau. **Anais** [...]. Fontainebleau: Icomos, 1971. p. 224-229. Disponível em: <https://www.icomos.org/publications/font27.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

HERNÁNDEZ, Alejandra Muñoz. **Santo Antônio**: um Passo no Carmo além do Boqueirão. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros** dita Carta de Juiz de Fora. Brasília, DF: Iphan, 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Historic Gardens**: The Florence Charter 1981. Florence: Icomos, 1981a. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/gardens_e.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Jardines Históricos**: Carta de Florencia 1981. Florencia: Icomos, 1981b. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/gardens_sp.pdf. Acesso em: 31 ago. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Jardins Historiques**: Charte de Florence. Florence: Icomos, 1981c. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/gardens_f.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

JARDIM Botânico – O verde desafiando a cidade. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, ano CIII 224273, 9-10 nov. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&pesq=restaura%C3%A7%C3%A3o%20Jardim%20Bot%C3%A2nico&pasta=ano%20198&pagfis=8222 Acesso em: 18 de mar. 2021.

JARDIM botânico: a preservação do patrimônio natural. **Boletim SPHAN/pró-Memória**, Brasília, DF, n. 28, jan.-fev. 1984. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_28.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

JARDIM da Praça 15 de Novembro. **Diário da Bahia**. Bahia, 2 jun. 1903.

JARDINS da cidade. **Diário de Notícias**. Bahia, 31 maio 1949, p. 4.

KALIL, Paulo Costa. **Burle Marx na Bahia**: descobertas e construção de paisagens. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Salvador, 2010.

KRAAY, Hendrick. Cold as the Stone of which it Must be made: Caboclos, Monuments and Memory of Independence in Bahia, Brazil, 1870-1900. In: ANDERMANN, Jens; ROWE, William (org.). **Images of Power**: Iconography, Culture and the State in Latin America. New York: Berghahn Books, 2006. p. 165-194.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material. São Paulo: Museu Paulista da USP v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>. Acesso em: 3 set. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>.

LOS RIOS, Adolfo Morales de. **Planta da Cidade de Salvador, capital da Bahia**. Salvador: Ramon Alargon, 1894. 1 mapa: color.; 55x76cm.

LUTHER, Aline de Carvalho (Coord.). **Projeto normas de preservação e critérios de intervenção para o Centro Histórico de Salvador – BA**: Identificação dos atributos e valores considerados no processo de proteção do Centro Histórico de Salvador e levantamento do seu comprometimento e riscos atuais. Salvador: Ceab/UFBA, 2018.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Edufba, 2007.

O EMBELEZAMENTO dos jardins da cidade, chegaram os planos encomendados pela Prefeitura.

A Tarde, Bahia, p. 2, 12 abr. 1950.

OBRAS da Prefeitura, Porque as ruas ficam inundadas. **A Tarde**, Bahia, p. 3, 16 maio 1950.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **As fortalezas e as defesas de Salvador**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

PACHECO, Manuel Vigil-Escalera. Jardines y Paisajes Históricos. **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, Sevilla, n. 6, p. 18-19, 1994. Disponível em: <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/80>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

PECHÈRE, René. La Restauration des Jardins Historiques et la Philosophie du Colloque /The Restoration of Gardens of Historical Interest, General Background and Purpose of Symposium. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA CONSERVATION ET LA RESTAURATION DES JARDINS HISTORIQUES/INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CONSERVATION AND RESTORATION OF HISTORIC GARDENS, I., 1971, Fontainebleau. **Anais** [...]. Fontainebleau: Icomos, 1971. p. 17-20; 32-36. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/a-propos-du-centre/publicationsdoc-2/autres-publications-3/116-english-categories/resources/publications/390-colloque-international-sur-la-conservation-et-la-restauration-des-jardins-historiques--international-symposium-on-conservation-and-restoration-of-historic-gardens>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PRAÇA será adotada por empresa privada. **Tribuna da Bahia**, Bahia, p. 12, 5 jun. 2007.

SALVADOR (BA). **Lei nº 8.550, de 28 de janeiro de 2014**. Institui normas de proteção e estímulo à preservação do Patrimônio Cultural do Município de Salvador, e dá outras providências. Salvador: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/leis_cultura-municipal-salvador.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

SALVADOR (BA). **Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu>. Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**: Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SEC espera enviar dossiê à UNESCO ainda esse ano. **Boletim SPHAN/pró-Memória**, Brasília, n. 23, mar.-abr. 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_23.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

FERNANDES, Ana; FIGUEIREDO, Glória Cecília; REBOUÇAS, Thais (org.). **A Semana de Urbanismo de 1935 – Anais e Reflexões Contemporâneas**. Salvador:Alba, 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa. A vegetação como atributo dos jardins de interesse patrimonial: os jardins públicos do Recife (1870-1920). In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques da; VERAS, Lúcia Maria; ONOFRE, Saúl Alcântara (org.). **México-Brasil**: paisagem e jardim como patrimônio cultural. Curitiba: Appris Editora, 2021. p. 91-107.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimação**: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. 2016. 406f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa. Hygiene, education and art: Roberto Burle Marx's 1930s modern gardens in Brazil. In: DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana; RODRIGUES, Ana Duarte; SARSO, Davide. (org.). **Gardens and Human Agency in the Anthropocene**. London: Routledge, 2019. p. 19-40.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Jardins do Recife**: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937). Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Antônio de Morais. **Dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 1890.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1992.

SPHAN cumpre exigência da UNESCO e amplia área tombada. **Boletim SPHAN/pró-Memória**, Brasília, n. 26, set.-out. 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_26.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

SPHAN; CEAB; IPAC; OCEPLAN. **Centro Histórico Salvador**. [Salvador]: SPHAN; Ceab; Ipac; Oceplan, 1983a.

SPHAN; CEAB-UFBA; IPAC; OCEPLAN. **Centro Histórico Salvador**. Salvador: SPHAN; Ceab-UFBA; Ipac; Oceplan, 1983b.

TEIXEIRA, Cid. Roteiro. In: VALLADARES, Clarival do Prado et al. (org.). **Nordeste Histórico e Monumental**. Salvador: Odebrecht, 1991. p. 29-79.

VROOM, Meto J. **Lexicon of garden and landscape architecture**. Basel: Boston; Berlin: Birkhäuser Publishers for Architecture, 2006.

AGRADECIMENTOS

Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS); Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Railane Alves Freitas

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Arquitetura, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista Pibic Fapesb (2018-2019 e 2020-2021) e CNPq (2019-2020).

Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador, Bahia, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0743450208684478>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6986-2432>

rai.afs@hotmail.com

Ramile Alves Freitas

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Arquitetura, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista Pibic CNPq (2018-2019 e 2020-2021) e Fapesb (2019-2020).

Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador, Bahia, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/5487252163893863>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7495-9471>

ramilealves.-@hotmail.com

Nota do Editor

Revisão do texto: Tikinet

Submetido em: 23/06/2021

Aprovado em: 16/12/2021

Aline de Figueirôa Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Arquitetura e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU).

Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador, Bahia, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2108476931331073>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2445-9169>

aline.figueiroa@ufba.br

Jefferson Felipe Macêdo Bonfim

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Arquitetura, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista Permanecer UFBA (2019-2021).

Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador, Bahia, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9169303324125516>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1422-1088>

jfbomfim2014@gmail.com